

ARTIGO

Ativismo feminino em África: dinâmicas e perspectivas

Nelsio Gomes Correia¹



Paulina Chiziane
(Moçambique)



Chimamanda Ngozi Adichie
(Nigéria)



Oyèrónkẹ Oyěwùmí
(Nigéria)

RESUMO: O presente estudo aborda-se sobre gênero na África, baseado nas teorias feministas africanas e assim como as da diáspora que lutam cotidianamente pela equidade de gênero contra a opressão feminina que as mulheres vêm experimentando desde o passado até atualidade. No ensejo desta problemática, o presente artigo objetiva refletir sobre a relevância do empoderamento de mulheres africanas enquanto ativistas sociais (heroínas), que lutaram contra o domínio colonial em África, este desestruturou e fragmentou a organização social africana - na qual a ascendência familiar era definida pela linhagem materna - cuja a implantação do sistema patriarcal colonial também mudou a forma de liderança no seio das famílias e entre grupos étnicos. Neste sentido, para a elaboração do artigo, utilizou-se o procedimento metodológico qualitativo centrado na análise bibliográfica, através das publicações nas revistas científicas, nos livros, teses etc.; com temas importantes e pertinentes a nossa pesquisa. Portanto, entende-se que o sistema patriarcado legitimou a dominação masculina contra as mulheres na sociedade africana e no meio da organização familiar e assim como no âmbito econômico, político e cultural. Perante isso, os resultados encontrados na pesquisa apontam que a luta do feminismo não é contra os homens, mas sim, é um movimento político em combate ao patriarcalismo que possibilita a autoridade dos homens sobre as mulheres e da inferiorização das suas funções.

PALAVRAS-CHAVES: Gênero na África; Colonialismo; Feminismo Africano.

¹ Bacharel em Humanidades e licenciando em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, Instituto de Humanidades-IH. E-mail: gomesnelsio@gmail.com

Introdução

O presente estudo objetiva-se em fazer análise sobre o empoderamento feminino das mulheres africanas corajosas e batalhadoras que lutaram contra o regime do colonialismo no continente africano, sendo estas que influenciaram as feministas africanas contemporâneas que dispõe de visões críticas que visam desconstruir as ideologias machistas implantadas nas sociedades africanas desde a invasão colonial e pós-colonial em África. No entanto, estas mulheres têm o intuito de lutar para uma sociedade mais democrática em que todos (as) terão os direitos iguais, neste sentido diminuirá o ódio que existe entre os homens e as mulheres, pois a razão da luta do feminismo é a procura exclusivamente da equidade de gênero; combater todas diferentes formas de opressões machistas que continuam infringindo os direitos das mulheres, contudo, esta luta não é contra homens (HOOKS, 2018).

Diante disso, a nossa abordagem teórico-metodológico centraliza-se na análise dos pensamentos das teorias das autoras feministas africanas e afrodescendentes e não somente, mas incluindo também alguns autores que discutem as questões das desigualdades sociais que envolvem assuntos de gênero e racismo como temáticas indissociáveis, no que tange na luta contra o machismo e o sistema patriarcal enraizado nas sociedades africanas desde o período da invasão colonial em África. Sendo assim, conforme a nossa análise com base nas ideias dos autores sobre a referida temática, os resultados obtidos na nossa pesquisa nos permite compreender que o intuito da luta do feminismo é pela igualdade de direitos e da ampliação do papel das mulheres na sociedade e para a libertação dos padrões patriarcais assentados em gênero.

No princípio durante a época pré-colonial as sociedades africanas são majoritariamente de regime matrilineares, sendo assim, percebe-se que a descendência era definida pela linhagem materna e as mulheres desempenhavam funções muito relevantes e tinham poder de comando e decisão no que concerne em organização socioeconômico, política, cultural africana, o controle da família, clã e das propriedades, ou seja, eram líderes dos seus grupos étnicos (OYÉWÚMÍ, 2005).

Neste sentido com a invasão dos europeus em África, este contato possibilitou a transformação das sociedades africanas que anteriormente eram matrilineares, quer dizer, cada família era liderada por mulheres e tanto a filiação era estabelecida na ascendência materna e nessa altura as mulheres assumiam cargos e ocupavam os lugares centrais na família compostos por homens e mulheres.

De acordo com Nascimento (2008), essas mulheres corajosas e empoderadoras não se restringiam apenas na participação no poder junto com os homens, contudo decidiam sobre as questões políticas, administrativas, econômicas e culturais. Diante disso, mediante as teorias feministas compreendemos que as sociedades africanas sofreram mudanças nas suas estruturas através da chegada dos europeus em África.

Com base nisso, ressaltamos que o papel dessas mulheres africanas jamais será esquecido as contribuições que têm dado desde o combate ao

colonialismo e o patriarcalismo e nas lutas de libertação dos países africanos, como no caso da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973 e Cabo Verde em 5 de julho de 1975 e entre outros países em que as distintas mulheres são consideradas heroínas, visto que, são mulheres corajosas e guerreiras, pois participavam juntamente com os homens até o período da proclamação das independências, com a intenção de desconstruir os ideais machistas enraizados nas sociedades africanas, conquistar a liberdade e contra opressão e subordinação das mulheres no período colonial (COUTINHO, 2017).

Por conseguinte, o contato dos europeus com os nativos das comunidades africanas mudaram a estrutura social e a organização familiar comandada pela mulher e transferiu o poder que as mulheres tinham para os homens, neste caso, essa transição gerou impactos enormes e consequente aumento das desigualdades sociais entre homens e mulheres nas sociedades africanas no decorrer desse período colonial.

Por conta disso, observa-se que essa substituição ou mudança das sociedades africanas de origem matrilinear para o patriarcal, foi um sistema implantado em África pelos europeus o que coloca posteriormente os homens em espaços de privilégios ocupando a posição que dantes eram dirigidas por mulheres, essa transição afetou da mesma forma a peculiaridade da família africana e na ascendência da mãe que era levada em consideração para transferência do nome, bens e para fazer parte de uma clã ou camada social. (NASCIMENTO, 2008; OYÉWÚMÍ, 2005).

A partir daí, esse sistema passou a alastrar-se cada vez mais nas distintas comunidades africanas em que homens não se entendiam mais com as mulheres, ou seja, como o processo colonial é violento e o patriarcalismo funciona também na mesma lógica, separando as funções entre homens e mulheres, contudo, levando mais em consideração o papel dos homens e a função das mulheres era cuidar de casa principalmente das crianças e ao mesmo tempo do seu marido.

Nesta mesma conjuntura, as religiões tradicionais africanas foram substituídas pelo cristianismo e as culturas praticadas pelas diversas etnias africanas eram consideradas de arcaicas, exóticas e associadas ao primitivismo, no entanto, para eles, era necessário implantar o cristianismo de forma a salvar alma dos africanos do pecado e para que possam civilizar-se e libertá-los da selvageria conforme os europeus pensavam (LAUER E ANYIDOH, 2016).

Vale salientar que, as mulheres eram mais desvalorizadas em relação aos homens e nem os homens lhes respeitavam e a situação das mulheres africanas ficava cada vez mais pior ainda e o sofrimento era muito grande e como o sistema patriarcal outorga aos homens o privilégio social e o controle das propriedades e no domínio da família, mantendo a sua autonomia sobre as mulheres e as crianças em qualquer sociedade.

Por isso, nota-se que o sistema patriarcal permitia com que o homem oprimisse e subordinasse a sua mulher, considerando ela como inferior, invisibilizando as suas epistemologias e encarando-a de incapaz de realizar algo relevante em benefício da sociedade, da sua família e diante do homem, daí que se vê a dominação masculina sobre a mulher em todo contexto, em

consequência disso, observa-se que o machismo continua matando as mulheres cotidianamente.

Assim sendo, as epistemologias das feministas africanas vêm para combater o sistema patriarcal que é o promotor das desigualdades sociais e em busca de equidade de gênero entre homens e mulheres (OYĒWŪMÍ, 2000).

Com base nisto, o nosso artigo está dividido em quatro (4) seções: a primeira diz respeito sobre “As feministas africanas em enfrentamento face a dominação masculina sobre as mulheres: uma luta pela equidade de gênero e emancipação social; o segundo momento trata da “A participação das mulheres feministas e antcapitalistas na política contemporânea; o terceiro momento discute sobre o que é “Ser uma mulher feminista do ponto de vista dos homens; o quarto e último momento, sobre “O papel da mulher africana na família e na sociedade”.

As feministas africanas em enfrentamento face a dominação masculina sobre as mulheres: uma luta pela equidade de gênero e emancipação social

De acordo com Paulina Chiziane (2013, p.199) os dilemas sobre a mulher “surgem desde o princípio da vida, de acordo com as diversas mitologias sobre a criação do mundo. Na mitologia bantu, depois da criação do homem e da mulher, não houve maldição nem pecado original”. Assim sendo, entende-se que o homem surgiu primeiro, adquirindo dessa forma uma posição categoricamente superior que lhe possibilitou “dominar mulher” por toda sua vida e seria “responsável para o futuro dela”.

Com isso, quer dizer que tudo o que a mulher sofre ao lado do homem foi criado por Deus e adotado por homens na sociedade e pensavam como algo ideal para ser daquela forma. Porém, essa dominação continuou contra as mulheres porque os homens acham de que só assim é que poderia ser e isso é aceito pelos os homens desde o início de universo como algo natural. Mas compreende-se que não é natural, todavia é uma construção social enraizada no pensamento dos homens.

Para Adichie (2017), as mulheres africanas e aquelas que si consideram como feministas e ativistas sociais, tem desempenhado papéis fundamentais no que concerne sobre a luta contra o sistema patriarcado que legitimou a dominação dos homens sobre as mulheres, esse enfrentamento se iniciou quando houve a invasão colonial em África, em ocorrência disso, as sociedades que eram majoritariamente matrilineares foram transformadas em patriarcais baseada na ideologia dualista, sexista, racista e machista com burocracias europeias que rejeitaram a História da África e do seu povo, para poder legitimar a sua dominação.

Nesta época, pode-se observar a arrogância da “superioridade branca europeia” que se consideravam superior, ou seja, mais humano do que os africanos, neste cenário as mulheres foram mais depreciadas do que os homens, justificando de que a mulher era frágil e não tinha capacidade de governar os homens, isso só poderia ser função para os homens, sendo que para esta

ideologia eurocêntrica os homens são mais fortes e mais inteligentes em relação as mulheres. Sugere que, para combater isso, é necessário educar as crianças para entenderem o feminismo.

Perante o exposto, salienta-se que o patriarcado permitia com que todas as funções de lideranças políticas fossem dominadas pelos homens, possibilitava também com que o pai tenha o domínio sobre a sua família, podendo assim dar ordens e controlar conforme o seu interesse, mantendo deste modo, a sua autonomia sobre a mulher e as crianças.

Entretanto, a colisão causada pela diferença de gênero como ideologia criada pelo colonialismo, contribuiu na segregação de raças, etnias, classe e gênero e dá mais poder a uns em detrimento de outros e a hierarquização dos grupos sociais, colocando os homens sempre em lugares de destaques e de privilégios tanto na liderança política e autoridade moral, e com isso influencia mais os homens a subjugar e depreciar as suas mulheres e essas práticas ilegais são legitimadas pelo o patriarcalismo influenciando os homens a tratar as mulheres como objeto sexual e de satisfação do desejo masculino e não possuía outra finalidade senão essa (NOGUEIRA, 2018; HIRATA, 2014; CRENSHAW, 2002).

Por esse motivo hooks (2013), aponta que as mulheres passavam várias décadas no enfrentamento destas estruturas dominantes machistas que lhes colocavam no lugar do subalterno, no período colonial as mulheres tinham poucas opções na vida, como: casar, ser empregadas domésticas e serem ao mesmo tempo professoras, mas só que os homens jamais queriam as mulheres inteligentes, uma vez que, para eles estas mulheres após de formarem seriam uma ameaça e não aceitariam a situação de submissão que se encontravam em todo aspecto.

Desta forma, algumas mulheres africanas, estadunidenses e entre outras, que já tinham formadas em diversas áreas de saber, desejavam educar as outras crianças para não repetirem o mesmo erro e no momento em que já estavam lecionando nas escolas influenciaram as outras mulheres a aderirem essa caminhada de luta para conquista dos seus espaços na sociedade, visto que, viram a educação como uma arma para combater o racismo e patriarcado.

É evidente que a identidade racial branca sempre é posta como centro de tudo, uma referência baseada no padrão eurocêntrico como modelo a seguir para todas as outras raças consideradas inferiores, todavia esta centralidade assentada na diferença não é adotada como a mais importante para todos, dado que, esta branquitude é demonstrada como a mais humana de todas as outras. Assim sendo, vê-se que as pessoas brancas não se enxergam como brancas em si, mas sim como pessoas, com o privilégio de aceitação reconhecida e legitimada por classe branca, daí constata-se que é uma construção social que iniciou desde a época da colonização na qual a África tinha sofrido a invasão do colonialismo europeu no século XV-XIX.

Diante destes cenários, é que Grada Kilomba (2017, p.1) afirma que “às vezes, preferiria não me lembrar, mas, na verdade, é algo que não se pode esquecer. A teoria da memória é, na realidade, uma teoria do esquecimento. Não se pode simplesmente esquecer e não se consegue evitar lembrar”.

A participação das mulheres feministas e antcapitalistas na política contemporânea

Hoje em dia, na política observa-se a grande adesão e a participação das mulheres feministas e antcapitalistas atuando como ativistas sociais, incluindo também as que exercem distintas funções nas instituições estatais como presidentas, ministras, governadoras, deputadas, professoras, líderes comunitárias e das organizações sociais.

Entretanto, muitas dessas mulheres influenciaram as outras como educadoras, empreendedoras, empresárias e entre outras que estão desempenhando papéis importantíssimas na sociedade, em luta pela defesa da igualdade de gênero e em oposição ao machismo e qualquer atitudes de violência contra as mulheres o que é frequentemente verificado no seio familiar no qual os meninos eram considerados superiores, ou melhor dizendo, são mais privilegiados do que as meninas e essa situação desde cedo é legitimada pelo sistema patriarcal, tendo em conta o apagamento das histórias das mulheres que não diz respeito apenas o sexo e família (SCOTT, 2012).

Perante o exposto, entende-se que a cultura do machismo permanece enraizada no seio familiar e está interligado com o sistema patriarcado. Neste sentido é indiscutivelmente que o capitalismo não influenciou na violência de gênero, atualmente nas relações sociais entre homens e mulheres em diferentes espaços de tomadas de decisões e em funções diversas. E o intuito do feminismo é promover a equidade de gênero e lutar contra a submissão das mulheres e do capitalismo que através dele inúmeros mulheres e familiares principalmente negros que continuam vivendo nas habitações precárias.

Diante disso, Talíria Petrone (2019, p.13) afirma que “as mães têm sua vida e alegria interrompidas. Nosso feminismo precisa enfrentar a pobreza. A pobreza no Brasil é feminina e negra. O feminismo das 99% é antcapitalista”. Sendo assim, hoje em dia, o que poderia reduzir a pobreza nas inúmeras sociedades é a criação de políticas que permitem sobretudo as mulheres negras e não somente, tanto a camada juvenil possuírem o acesso à educação, ao emprego de qualidade, sendo que muitas vezes, suportam a subordinação nas suas casas com os seus homens (maridos) e em diferentes espaços sociais.

Por outro lado, esta situação não é tão diferente como pensamos, em vários países de África as mulheres enfrentam imensos obstáculos constantemente através de uma hierarquia autoritária assentada numa relação que possibilita a dominação dos homens contra as mulheres, apesar de muitas estudassem mais que os homens, mas continuam enfrentando impedimentos em posições de lideranças, um espaço que é averiguado como aquele que poderia apenas ser ocupado pelos homens.

Dado esse motivo, compreende-se que a falta de acesso à educação escolar impossibilitava as mulheres de terem a formação técnica ou profissional, em ocorrência disso, contribuiu para que as mulheres continuassem a passar as dificuldades que atualmente estão cercados e por motivos da dependência financeira dos seus maridos. Todavia é verídico que não são todas elas que

estão nesta situação, mas a maioria não consegue sair nesta condição de submissão e as vezes eram impedidas de frequentarem a educação escolar e a procura de empregos, sobretudo mulheres negras e periféricas (PETRONE, 2019).

No que se refere ao Brasil, após a abolição do processo escravocrata em 1888, os afrodescendentes de forma genérica sofreram grandes bloqueios de usufruírem a educação escolar, por conta disso, percebe-se que a classe branca não queriam com que os negros conseguissem ter acesso à educação, e é indiscutível de que não foram esta mesma elite que contribuiu tanto para a exclusão social da população negra no Brasil.

Por isso que, atualmente é bem observado isso tanto nas universidades e na política e é evidente que a burguesia brasileira cujo intuito é de jamais conter as desigualdades sociais para legitimar e manter a política da “superioridade branca” do (“racismo brasileiro e acadêmico”). Á vista disso, a efetivação do sistema de cotas vem rompendo com estas entraves para proporcionar o ingresso dos estudantes negros no ensino superior (CARVALHO, 2007).

Para Dove (1998), em muitos países africanos na época pré-colonial as mulheres tinham papéis fundamentais de lideranças juntos com os homens em distintos grupos étnicos em que pertenciam, contudo, este regime mudou-se através da invasão europeia na África, a partir desse período a forma de organização das sociedades africanas começaram a padecer modificações tanto nas culturas e nas religiões.

Por conseguinte, as hierarquias sociais destas nações passaram a ser administradas e dominadas pelos homens, tanto nas funções e no seio familiar, desta forma a subjugação das mulheres passaram a tornar-se cada mais averiguadas, e os homens as consideravam de incompetentes e frágeis e que necessitavam de proteção, o que pode ser constatado também na sociedade ocidental na qual o sistema patriarcado está enraizado, em que as mulheres africanas e não apenas continuam sofrendo inúmeras opressões em distintas sociedades europeias centradas no homem.

Assim sendo, constata-se que enorme números de mulheres no período colonial e pós-colonial tinham experimentado muitas relações negativas com os seus homens que fizeram algo relevantes na história dos seus relacionamentos, por conta disso, muitas acabam por não divorciar com os seus homens por motivos de terem os filhos com os mesmos, de forma a evitarem futuramente o ódio no seio familiar, visto que, naquela época colonial os homens estavam sob domínio da supremacia branca e as mulheres lutavam constantemente para a segurança dos homens africanos (CURIEL, 2001).

Neste sentido, as mulheres africanas preocupavam mais em educar os seus filhos para que respeitassem as mulheres. Durante o final dos anos de 1960 no século XX as intelectuais africanas (os) tanto dentro de África assim como na diáspora estavam muito empenhadas em resgatar os saberes rejeitados no continente pelos europeus. Posto isto, constata-se que a luta pela emancipação das mulheres africanas era totalmente distinta daquela que as mulheres do mundo ocidental tinham experimentado durante anos.

No caso particular da Guiné-Bissau, pode-se observar que a partir dos anos de 1980 que as teorias feministas começam a ser introduzidas ou incluídas na história das publicações, com isso percebe-se a invisibilização das mulheres no campo acadêmico, mas para o âmbito do gênero e feminismo surgiram a partir do ano de 1990 e passaram a ter mais visibilidade no país. Daí, como mulheres empoderadoras e mães africanas, basearam nas suas experiências endógenas e utilizaram a cultura como uma arma para combater os vestígios deixados pelo colonialismo em África (GOMES, 2015).

Em vários países africanos, com o sistema patriarcal se verifica a dominação dos homens sobre as mulheres e também vê-se os privilégios que os gozavam em detrimento das mulheres, essa hierarquia social foi deixada pelos colonialistas baseado em diferenças de gênero, esse sistema como é muito violento não permitia com que a maioria das mulheres entendessem que isso não era natural, para inúmeras mulheres africanas no período pós-colonial compreendiam que algumas funções desempenhadas por elas eram obrigatoriamente o que deveriam fazer, mas pelo contrário poderia ser feito por seus maridos, irmãos, primas e entre outros, tanto os pais em cada família percebiam que isso deveria ser funções somente para as mulheres (BAKARE-YUSUF, 2003).

Assim sendo, é entendido que muitas das vezes em sociedades predominantemente patriarcal em contextos africanos, tanto na organização social, composição familiar, lideranças políticas, chefes das aldeias, líderes de cada comunidade, todas estas funções, isto é, organizações comunitárias são dominadas pelos homens, porque nestas sociedades consideram que o papel da mulher é inferior em relação a do homem, por isso que nessas sociedades continuam sendo dominadas pelos homens, dado que as mulheres eram subordinadas e inferiorizadas, desempenhavam o papel de servidão, ou seja, prestavam serviços domésticos e são governados pelos seus maridos e tratados como objetos de satisfação sexual.

Ser uma mulher feminista do ponto de vista dos homens

Para os homens, na maior parte dos casos, enxergavam as mulheres que se consideram feministas e ativistas sociais como intolerantes, contudo não eram assim que elas se encaravam, a finalidade dessas mulheres é lutar pela equidade de gênero e contra o machismo estrutural que expõe o corpo das mulheres em publicidades de cervejas, carros e outros objetos comerciais em todo universo.

São comportamentos ilegais que praticamos de forma inconscientes mas que continuam legitimando a opressão sobre as mulheres e que coloca as mesmas em situações de dependência financeira dos homens que mais contribuíram para inferiorização do papel das mulheres desde quando em que o sistema patriarcal foi implementado no ocidente e em vários países que sofreram a invasão do colonialismo europeu.

Portanto, os homens sentiam muito ameaçados com as mulheres corajosas e lutadoras, muitas vezes contemplavam as mesmas com intolerantes e anti-homem, todavia este enfrentamento visa a aderência e integração na

política para a promover a igualdade, desenvolvimento e inclusão social das mulheres na arena política e sobretudo nas tomadas de decisões sobre o destino de cada nação em que se encontram (GOMES, 2015).

Muitas vezes para desencorajar as mulheres, alguns utilizam discursos machistas que sempre são utilizados por nós homens como por exemplo: quero ver bater uma laje, quero ver se consegue subir a palmeira. Se é você que irá pedir os meus pais para casar comigo, ou seja, se tu vais me casar e quero ver você trocar pneus de carro. Pois, estas são frases machistas usadas popularmente por nós homens em casa, na internet e nos locais de trabalho com a finalidade de desqualificar as mulheres que pedem a equidade de direitos.

Perante o exposto, entende-se que as revoltas das primeiras feministas eram em combate a submissão que estas mulheres sofriam e é evidente que o sentimento “anti-homem estava muito presente entre as ativistas do início do feminismo, que reagiam com contra à dominação masculina. Essa raiva da injustiça foi o impulso para a criação do movimento da libertação da mulher” (HOOKS, 2018, p. 19).

De outro modo, é por isso que as mulheres sempre decidem estudar para obtenção da formação qualificada com intuito de sair do estado de subordinação no qual se encontravam. Para muitas mulheres saírem desse ciclo, tinham que empenhar-se afim de procurar oportunidades de terem acesso à universidade para adquirir a formação que lhes outorgam o emprego em que mais tarde possibilitaria o entendimento da situação na qual se esbarravam não era natural, mas sim, é uma construção social que permite os homens dominarem todas as profissões que eram naquela época interditadas pelas mulheres onde tudo estava sob controle deles.

Assim sendo, entende-se que por isso os homens mantêm as suas autoridades sobre as mulheres e crianças. Contudo, os homens devem entender que a luta do movimento feminismo não é contra homens e nem os considera inimigos como muitos pensam, mas é uma luta conjunta que pede a colaboração dos homens para um debate que visa esclarecer os mesmos de que o machismo mata as mulheres, então deveriam compreender que a intenção da luta das mulheres feministas é culminar com o sexismo, exploração sexista e opressão contra as mulheres que ainda é uma realidade no momento atual (HOOKS, 2018).

Uma vez que, historicamente o patriarcado legitimou a omissão social das mulheres e com isso colocando o homem no centro de tudo, encarado como aquele que possui o poder de tomadas de decisão no seio familiar e a mulher sempre era colocada na condição de inferior e de fragilidade e que necessitava de ser protegida pelo o seu marido. Uma vez que, as nossas sociedades continuam enraizadas na cultura cristã, por isso que, até hoje em dia, milhares de pessoas continuam acreditando que Deus disse que as mulheres fossem dominadas aos homens no ambiente doméstico.

Para hooks (2015), vê-se que muitas mulheres tinham as oportunidades de frequentar as universidades para terem uma formação que lhes possibilitariam sair da situação da servidão doméstica, contudo, quando decidem iniciar os estudos são estas mesmas que acabam por desistir por razões de não

quererem distanciar dos maridos, cuidar dos filhos e da casa, desta forma, constata-se que para essas mulheres cuidar dos filhos e da casa são tarefas que pode ser desempenhadas apenas por elas e não para os homens, neste sentido, se fossem libertadas dos trabalhos domésticos com certeza desempenhariam as mesmas profissões que são ocupadas somente pelos homens. Deste modo, Oyěwùmí (2000), afirma que as epistemologias das mulheres africanas contribuíram muito para a igualdade de gênero, empoderamento e da emancipação, mediante os seus esforços e saberes em busca da liberdade.

Vale salientar que a própria condição doméstica em que a mulher se encontra pode transformá-la em um ser impotente, invisibilizando a presença dela na sociedade, rejeitando o seu valor e da sua capacidade, uma vez que, é a responsabilidade de si mesma para sair na situação de submissão em que foi colocada pela sociedade. Por outro lado, os interesses das donas de casa brancas que pertenciam a minoria da classe mais favorecida nos Estados Unidos eram as “preocupações reais, merecedores de atenção e transformação” entretanto a maioria das mulheres tinham outras preocupações distintas, que eram de lutar pela autonomia financeira, pela discriminação étnica e racial, somente assim poderiam superar a opressão sexista e machista sobre as suas vidas.

Para Davis (2016), nos EUA a classe branca tinham mais oportunidades de estudar e ter acesso a um emprego de qualidade em relação a população negra, que tinham muita ambição para a sabedoria que significava para elas como uma via que poderia lhes permitir libertar-se da subordinação que se encontravam e lutar contra o racismo estrutural que rejeitava a humanidade dos negros nas sociedades norte-americanas.

Diante destas ocorrências, entende-se que a maioria da população negra escravizada, sofria tratamento desigual por conta disso, sentia derrotada e perdia a sua esperança de vida, essa multidão se considerava “inadequadas” por razões das situações ilegais e injustas que eram praticadas contra os negros/as, e na condição de subalternidade que eram posicionadas mediante a segregação racial que era muito forte nos Estados Unidos, que engloba a segregação assentada no preconceito racial em que os negros/as recebiam um tratamento injusto em detrimento dos brancos no que diz respeito o acesso ao emprego nas instalações públicas e privadas, nas tarefas e oportunidades.

Perante esses impedimentos contra negros/as de acesso à educação escolar, Angela Davis (2016, p.4) aponta que:

Nenhuma de nós tinha permissão para pegar um livro ou tentar aprender. Diziam que ficaríamos mais espertas do que eles se aprendêssemos alguma coisa, mas nós circulávamos por ali, pegávamos aquela velha cartilha Webster de capa azul e a escondíamos até a noite e, então, acendíamos uma pequena tocha e estudávamos aquela cartilha. Nós também decoramos o livro. Agora sei ler e escrever um pouco.

No entanto, existem algumas pessoas brancas nos dias de hoje que rejeitam a existência do racismo, de outra forma, fingem que não são racistas, mas por meio das suas ações percebe-se que são racistas. Pois, existem outras

que são antirracistas que por bem contribuem e estão na luta para combater algumas classes sociais que continuam com a ideia da superioridade racial.

Há brancos quando se relacionam com alguns negros nas suas práticas não se dá para compreender e muitas vezes disfarçam de que não são racistas, mas quando estão sozinhos no espaço privado reproduzem as ações racistas em frente de outros brancos na qual tinham confiança. E isso não acontece apenas entre os homens, não obstante, ocorre também entre mulheres brancas e negras em distintos espaços sociais (CARDOSO, 2017).

Nesta questão, as relações entre brancos e negros são inquietantes, visto que, nesse relacionamento o branco sempre tem o poder e usufrui de mais privilégios, e jamais quer repartir estas vantagens com o negro, prefere usá-la até ao fim. Dado isso, constata-se que as inúmeras pessoas da classe branca se consideram superiores aos pretos, independentemente do status social que os negros/as alcançam, tanto acadêmico e político, por isso que atualmente a luta dos negros/as é combater essas estruturas sociais com discriminação racial e essa luta tem como intuito de construção de um mundo melhor onde ninguém se considera superior ao outro.

Nos últimos séculos atrás, retratados como era modernidade foram marcados por vários acontecimentos históricos envolvendo tráfico transatlântico de escravos em África, e algumas organizações que apoiavam e conduziram a escravidão, da colonização em África, Ásia e também na América Latina. A noção de modernidade faz nos recordar da evolução do capitalismo e da industrialização espalhada por toda parte do universo.

Vale salientar que, nessa época ocorreram inúmeras transformações sociais e culturais em quase toda parte do globo, na qual a maioria dos povos eram submetidos a valorizar a cultura exógena oriunda do ocidente, mediante a dominação sofrida, deste modo, os mesmos passaram por processos de aculturação e de lavagem cerebral que também os africanos sofriam, isso permitiu a negação de suas próprias identidades e a desigualdade de gênero se verificava cada vez mais em sociedades africanas que passavam a apropriarem e consumindo mais a cultura e os saberes eurocêntricos como os mais ideais, apagando as histórias das mulheres (NJAMBI; O'BRIEN, 2005).

Tendo em vista a esse cenário, Oyèrónké Oyěwùmí (2004, p.1) afirma que:

O período tem assistido a uma série de transformações sociais e culturais. Significativamente, gênero e categorias raciais surgiram durante essa época como dois eixos fundamentais ao longo dos quais as pessoas foram exploradas, e sociedades, estratificadas.

Por isso, entende-se que, historicamente a modernidade sempre constituiu o mundo de forma racionalmente em situações de âmbitos “homogêneas, atômicas e separáveis”. Desta forma, a crítica contemporânea ao universalismo feminista elaborada por mulheres do ocidente e dos países em desenvolvimento, foca-se na exigência de que o cruzamento por meio de raças, classe, sexualidade e gênero vai mais à frente da modernidade. Por consequência, acaba influenciando a ausência das mulheres pretas e ao mesmo

tempo impossibilitando a presença delas nos espaços de tomadas de decisões em defesa da liberdade e da equidade de gênero.

Nesta circunstância, nota-se que o sistema moderno possui uma lógica colonial que hierarquiza as classes sociais com a sua forma opressiva assentada no gênero e do seu plano de divisões e classificações dos grupos sociais em termos de raças nas distintas sociedades.

No entanto, diante dessa categorização dos grupos sociais, María Lugones coloca:

Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. Isso me permite buscar organizações sociais nas quais pessoas têm resistido à modernidade capitalista e estão em tensão com esta lógica (LUGONES, 2014, p.935).

Perante o exposto, compreende-se que estamos ainda nessa época atual incluído desse círculo vicioso, cercados por essa divisão de classes que gera conflitos que colocam várias sociedades em colapsos enormes e com consequências que até hoje não conseguimos superar e nem termos soluções para minimizá-las. Por isso que, até hoje em dia, como bell hooks coloca que nós homens privilegiados por sistema patriarcal não conseguimos entender ainda de que a luta do feminismo não é contra nós, contudo a participação dos mesmos ao lado das mulheres é muito significativa para combater o sistema patriarcal, o capitalismo e a hierarquia de raça, gênero e sexismo na sociedade.

Por outro lado, quando pensamos em sistematização do corpo, estamos criando diferença sexual que de tal forma não existe, isto é, surge através das nossas práticas discursivas cotidianas no seio familiar, na qual estas distinções começam a surgir por meio de designações que atribuímos para as crianças recém-nascidas, o que culmina em gerar diferenças sexuais que é a forma de regulamentação do corpo, mediante esta materialização acabamos por escolher os corpos que encaramos como mais ideais e que a própria sociedade mais privilegia que irão governar os outros considerados frágeis e inferiorizados, porém muitos percebem isso como algo natural, mas não, é uma construção social imposta.

Neste sentido, Guacira Lopes Louro (2000, p.5) salienta que:

Todas essas transformações afetam, sem dúvida, as formas de se viver e de se construir identidades de gênero e sexuais. Na verdade, tais transformações constituem novas formas de existência para todos, mesmo para aqueles que, aparentemente, não as experimentam de modo direto. (...). O primeiro deles remete-se à compreensão de que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política. o segundo, ao fato de que a sexualidade é "aprendida", ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos.

De acordo com esta lógica, pode-se compreender que a diferença sexual é forjada por práticas discursivas no meio de uma determinada matriz do pensamento na sociedade, que culmina em influenciar as diferenças entre meninos e meninas dentro de cada família. Com base nisso, constata-se que as normas regulatórias do sexo funcionam de uma forma performativa para instituir

a materialidade dos corpos e ainda para materializar a igualdade sexual ao serviço do imperativo heterossexual.

O papel da mulher africana na família e na sociedade

Oyèwùmí (2004), ressalta também o processo da divisão do trabalho que se encontra no seio das distintas sociedades e nas estruturas familiares que constantemente coloca a mulher na condição de submissão e da inferiorização, pautada na ideia de que o “homem provém e a mulher procria” culmina assim em legitimar o papel do homem na sociedade em comparação com as funções desempenhadas pelas mulheres.

Posto isto, as sociedades africanas são muito complexas para serem estudadas e compreendidas pelos europeus, dessa forma as realidades africanas jamais podem ser comparadas com as outras sociedades como ocidentais e entre outras entidades que não pertencem o continente, já que as comunidades africanas têm as suas especificidades e distintas formas de composição.

Por outro lado, em África existem inúmeras mulheres que não se consideram como feministas e nem ativistas sociais, contudo, elas lutam pelo mesmo objetivo que as outras mulheres consideradas feministas e ativistas sociais no momento presente combatem, que é contra com as desigualdades sociais, e na luta pela equidade de gênero e da opressão que frequentemente sofriam ao lado dos homens. Por isso Salami (2017, s/p) enfatiza que: “há muitos anos que defendo que o feminismo é africano, que sempre existiu na África, e que muitas mulheres africanas que admiramos e respeitamos são/eram feministas”.

No entanto, todas mulheres que trabalham e lutam pela igualdade de gênero influenciam muitas de uma certa forma as mulheres feministas, que também tem o mesmo enfrentamento de ocupar as funções que dantes eram somente desempenhadas pelos homens, hoje em dia, isso está mudando graças os esforços das mulheres nos países africanos, na América Latina e assim também em outras nações do mundo, essas funções estão sendo ocupadas pelas mulheres / mães corajosas, batalhadoras e vencedoras que mostram ao mundo de que as mulheres também podem fazer.

Conforme a ideia de Capossa (2005), pode-se afirmar que a conjuntura que a África se encontra hoje em dia, ou seja, no contexto na qual está inserida é o resultado das consequências da invasão europeia que posteriormente possibilitou a divisão territorial da África pelas potências europeias. Perante esta situação, os saberes, os modos de vida e a cultura dos povos africanos foram rejeitados e colocados em condição de inferioridade, da barbárie e do primitivismo.

Dado isso, a partir daí o continente experimentou-se inúmeras fragmentações e até então a maioria dos países africanos continuaram-se na dependência financeira dos países doadores do Norte global que possuem organismos internacionais que atuam em inúmeros países africanos, assentando na ideia de ajuda financeira, contudo são as mesmas nações que jamais querem

o desenvolvimento da própria África por motivos dos seus interesses financeiros e as vezes até os líderes africanos de uma certa forma contribuem para isso.

Por outro lado, esta mesma política colonial dominou por total o continente e desestabilizou a organização social dos diferentes países africanos. No que tange ao gênero em África, com a implementação do sistema patriarcal as mulheres africanas passaram a sofrer submissão pelos seus maridos que foram privilegiados pelo mesmo sistema. No entanto, também houve a invisibilização do papel das mulheres e da homogeneização da cultura, hábitos e dos conhecimentos africanos, de forma genérica apagando a história da África e do seu povo. E muitas vezes a “palavra “feminista” como a própria ideia do feminismo, também é limitada por estereótipos” (ADICHIE, 2015).

Assim sendo, nessa época foi implementado o sistema patriarcal em cada diferentes grupos étnicos e isso fez com que o papel das mulheres africanas não foi levada em consideração pelos homens que naquela época que passavam a controlar a estrutura familiar e a inferiorizar as funções das mulheres que no período pré-colonial eram grandes líderes. Sendo que, anteriormente o sistema de organização social de cada povo, família e grupo étnico, a descendência sempre estava relacionada a linhagem materna.

Considerações finais

Enfim, diante do que foi colocado até aqui, de forma genérica, concluímos que nos períodos mais remotos as mulheres tinham e possuem até hoje os papéis importantíssimos nas lideranças dos cargos políticos, movimentos sociais e organizações comunitárias nas distintas sociedades no continente africano. Ainda assim, no continente africano antes da invasão colonial, isto é, no período pré-colonial as mulheres ocupavam posições de destaques e de lideranças, tanto na política, cultura, economia e na estrutura social.

Porém, com a chegada dos colonialistas europeus em África, esse sistema de organização social dantes liderada na sua maioria pelas mulheres, foi alterada pela imposição colonial na qual foi colocada o sistema patriarcal como forma de hierarquizar e categorizar os grupos sociais, baseado na diferenciação de sexo colocando o homem como chefe da família e a sociedade dominada e centrada nele, em ocorrência disso, inferiorizando o papel das mulheres nas sociedades africanas e em todas as nações em que esse sistema foi implantado e encarado como o mais ideal para organização social.

Como homem que eu sou, sei dos meus privilégios que o sistema patriarcal me deu para “dominar as mulheres”, contudo, sei de que nunca o homem pode ser superior a mulher, tudo isso era uma construção social legitimada por igreja católica desde o período que alastrou no mundo em companhia com a colonização europeia na qual a mesma instituição contribuiu muito no processo da escravidão em África e outros continentes do universo.

Ressalta-se também que é bom compreendermos que o empoderamento das mulheres nas sociedades africanas e das outras em todos países do universo não são contra nós (homens), todavia é uma luta que irá beneficiar

ambas as partes para uma emancipação social do sistema patriarcal ocidental capitalista, sexista e racial que hierarquiza as classes sociais. Juntos somos mais fortes.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço os meus ancestrais por ter dado saúde e força nesta minha trajetória acadêmica para vencer as dificuldades cotidianamente e em particular a minha família pelo apoio que têm me dado desde o período da minha saída na Guiné-Bissau para cursar o ensino superior no Brasil, principalmente na UNILAB, situado no Estado do Ceará concretamente no município de Redenção.

Meus agradecimentos para todos os professores, direção e administração da instituição que me proporcionaram adquirir hoje em dia uma cosmovisão crítica construtiva sobre a estrutura social. Aos meus colegas de diferentes cursos da universidade que também contribuíram de forma direta ou indiretamente para o enriquecimento do meu arcabouço teórico-metodológico durante a construção deste trabalho.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda N. *Sejamos todos feministas*. Tradução Christina Baum. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. ***Para educar crianças feministas***: um manifesto. Tradução Denise Bottman. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- AMADIUME, Ifi. Theorizing Matriarchy in África: Kinship Ideologies and Systems in África and Europe. In: Oyêwùmí, O. (Org.). ***African gender studies***: a reader. Hampshire: Palgrave Macmillan, p. 83-88, 2005.
- BAKARE-YUSUF, Bibi. Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana. Tradução para uso didático de BAKARE-YUSUF, Bibi. Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence. ***Feminist África***, Issue 2, 2003, por Aline Matos da Rocha e Emival Ramos.
- BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo” In: LOURO, Guacira Lopes (org.): ***O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade***. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. ***Revista USP***. São Paulo, nº 68, p. 88-103, dezembro-fevereiro 2005-2006.
- CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e as críticas. In: MULLER, Tania M. P.; CARDOSO, Lourenço. ***Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil***. Curitiba: Appris, 2017.
- CAPOSSA, Romão. Algumas conseqüências da Conferência de Berlim (1884-1885) para a atual África. ***Identidade!***, 2005, 7.7: 10-18.
- COUTINHO, Angela S. B. The participation of cape verdean women in the national liberation movement of Cape Verde and Guinea-Bissau, 1956-1974: the pioneers. ***Africa in the world***. Rosa Luxemburg Stiftung. West Africa, 02, 2017.
- CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. ***Nómadas***, (26): 92- 101, 2001.

CHIZIANE, Paulina. Eu, uma mulher... Por uma nova visão de mundo. In: **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, vol. 5, nº 10, abril de 2013.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, nº 171, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. (Capítulo 6: Educação e libertação: a perspectiva das mulheres negras)

DE CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos** (encerrada), v. 1, n. 1, 2007.

Descolonizando o pensamento. Uma palestra-performance de Grada Kilomba. Disponível em: <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>

GOMES, Patrícia G. O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. **Outros tempos**, vol. 12, n. 19, p. 168-189, 2015.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, nº 1, 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013. (Introdução, capítulos 1, 8 e 12)

HOOKS, Bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 16. Brasília, janeiro - abril de 2015.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 2018. Capítulos: 1) Políticas feministas: em que pontos estamos; 3) A sororidade ainda é poderosa.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.) **A Matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NOGUEIRA, Renzo Magno. **A evolução da sociedade patriarcal e sua influência sobre a identidade feminina e a violência de gênero**. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5377, 22 mar. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48718>. Acesso em: 27 ago. 2019.

NJAMBI, N. Wairimu; O'Brien, William. **Revisiting "Woman-Woman marriage"**: Notes on Gikuyu Women. In: Oyěwùmí, O. (Org.). *African gender studies: a reader*. Hampshire: Palgrave Macmillan, p.145-165, 2005.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o Gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Tradução para uso didático de: OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies*. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

OYĒWÙMÍ, Oyeronké. **Laços familiares /ligações conceituais: notas africanas sobre epistemologias feministas**. Tradução para uso didático: Aline Matos da Rocha. *Signs: Feminisms at a Millennium*. Summer, vol. 25, n. 4. 2000, p. 1093-1098. Disponível em> http://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/abel_kouvouama_-_pensar_a_pol%C3%ADtica_na_%C3%81frica.pdf

PETRONE, Talíria. Prefácio à edição brasileira. In: ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.

SALAMI, Minna. **Uma breve história do feminismo. Do Ondjango Feminista**. 10 de abril, 2017. Disponível em < <https://www.ondjangofeminista.com/txt-con/2017/4/10/uma-breve-histria-do-feminismo-africano>.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. 2012.